

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

**Relatório e Contas Consolidadas
Financeiras e Orçamentais em SNC-AP**

Ano de 2025

Relatório de Gestão das Contas Consolidado

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Índice

Conteúdo

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	3
2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas.....	18
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	18
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	21
3. Demonstrações Financeiras	22
3.1 Balanço Consolidado	22
3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	24
3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido	27
3.5 Contabilidade de Gestão	28
3.6 Outras informações	29
3.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	29

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas

Introdução

A consolidação de contas nas autarquias locais, encontra-se prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Determina no n.º 1 do seu artigo 75.º a apresentação, pelos municípios, de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta.

A consolidação de contas permite obter informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, possibilitando uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta e indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, considerando o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), como perímetro de consolidação, o conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Almada é efetuada ao abrigo das Normas de Contabilidade Pública (NCP) NCP 26 : Contabilidade e Relato Orçamental e NCP 22 : Demonstrações Financeiras Consolidadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os documentos encontram-se elaborados nos termos da Instrução n.º 1/2019, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), publicada em Diário da República n.º 46/2019, Série II de 2019/03/06 e da Resolução n.º 6/2025, de 13 de fevereiro da 2.ª secção do Tribunal de Contas.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, pela Câmara Municipal, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, e de acordo com o estabelecido

n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal

A NCP 26: Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 : Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 : Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

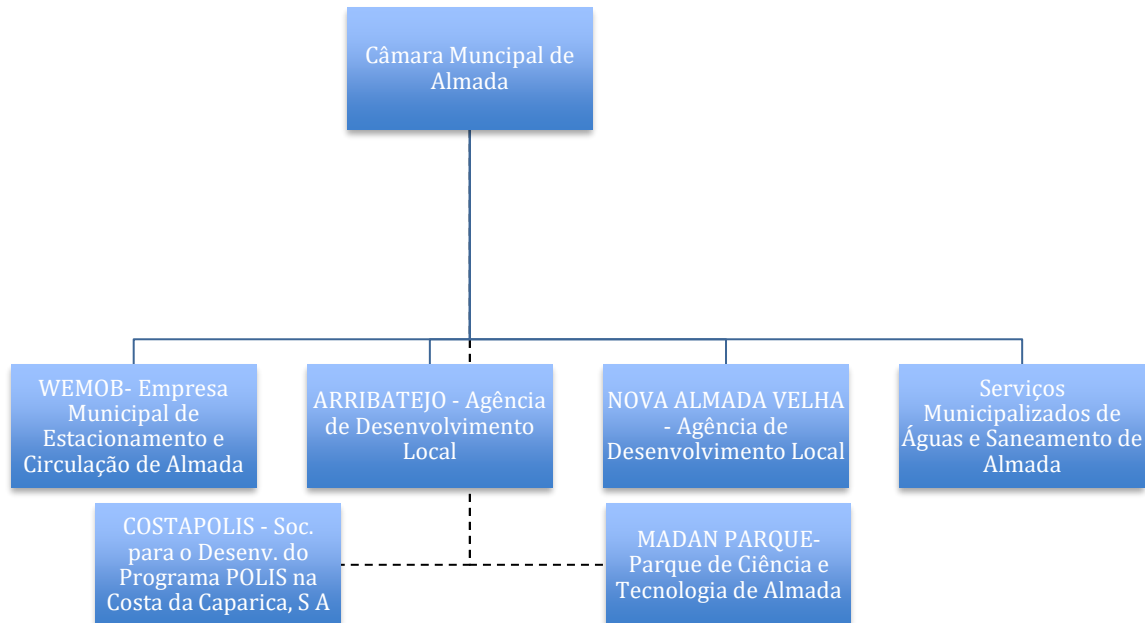
Assim, para efeitos de perímetro orçamental, o grupo municipal é composto pelas seguintes entidades:

Perímetro Orçamental - 2025	
Câmara Municipal de Almada	Entidade-mãe (consolidante)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS)	Integração integral
ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	Integração integral
NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento Local	Integração integral

Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, é o seguinte:

Perímetro Financeiro - 2025	
Câmara Municipal de Almada	Entidade-mãe (consolidante)
WeMob : Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação	Integração integral
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS)	Integração integral
ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	Integração integral
NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento Local	Integração integral
COSTAPOLIS : Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica - em liquidação.	MEP
MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	MEP

No gráfico seguinte, a tracejado, encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP):



Em comparação com 2024, a AGENEAL: Agência Municipal de Energia de Almada foi excluída do perímetro de consolidação, em virtude da sua liquidação em 2025.

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

MUNICÍPIO DE ALMADA : NIPC 500 051 054 : entidade consolidante

É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ALMADA : NIPC 680 017 763

Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais domésticas e industriais no concelho de Almada.

WEMOB : E.M., S.A. : NIPC 507 001 206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

Tem como objetivo social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

Tem também como objetivo social a prestação de serviços de interesse geral de gestão e fiscalização de resíduos, higiene, imagem e limpeza urbana.

Foram delegadas à WEMOB as competências da Câmara Municipal necessárias ao exercício do previsto nos termos da alínea a) do n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, nos limites das atribuições estatutárias da empresa municipal.

NOVALMADAVELHA : Agência de Desenvolvimento Local : NIPC 504 974 688

Associação de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por objetivo potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, enquanto centralidade metropolitana de primeira importância, contribuindo para consolidar a realidade da grande cidade das duas margens, para revitalizar o relacionamento urbano com o Estuário do Tejo e para o estabelecimento de complementaridades funcionais no contexto de uma Área Metropolitana multipolar, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local : NIPC 504 974 696

É uma associação sem fins lucrativos que permite associar diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais de carácter social que, em conjunto com a Câmara Municipal, se organizem e contribuam

com a sua especificidade e o seu empenhamento na mobilização de meios para prossecução de objetivos comuns: potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo.

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

Tipo	Entidade	% Detenção direta CMA	% Detenção no grupo	Método contabilização
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL : Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob : E.M., S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado : influência significativa	COSTAPOLIS : Soc. para Desenv. do POLIS na Costa da Caparica, S.A.	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience : Investigação e Desenvolvimento em Celulose	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS : Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

Método da Consolidação

O método utilizado é o da consolidação integral, tanto ao nível da consolidação financeira como por analogia também com a consolidação orçamental, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal, este documento deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2025.

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2025, dando a conhecer a estrutura:

- Económica: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos;
- Financeira: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a origem de fundos.

A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2025, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 705.462.106,98 €;
- Serviços Municipalizados: 105.685.525,00 €;
- WEMOB: 2.140.499,77 €;
- Arribatejo: 553.253,31 €;
- Novalmadavelha: 267.838,82 €.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 99% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Patrimonial, tal seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

No exercício de 2025, o total do ativo consolidado do grupo autárquico ascendeu a 713.089.347,72 euros, refletindo um decréscimo de 0,99% face aos 720.224.206,89 euros registados em 2024. A estrutura do ativo mantém-se maioritariamente composta por ativo não corrente, que representa 84,55% do total, destacando-se os ativos fixos tangíveis, com um peso de 81,44%.

Os ativos fixos tangíveis do grupo autárquico totalizam 580.738.647,05 euros, reforçando a sua predominância na composição do ativo. Em 2024, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento

(SMAS) concluíram a reanálise das infraestruturas, mantendo-se em 2025 o esforço de regularização do valor patrimonial dos ativos do perímetro consolidado.

O ativo corrente ascendeu a 110.137.790,12 euros, registando um decréscimo face aos 114.462.836,25 euros de 2024. A rubrica de "Clientes, contribuintes e utentes" passou de 14.423.169,21 euros para 14.973.989,83 euros, variação que se deve essencialmente a ativos da Câmara Municipal de Almada. Refira-se que este valor já se encontra deduzido das respetivas imparidades, representando o montante efetivamente expectável de recuperação destes saldos. A rubrica "Outras contas a receber" (ativo corrente) passou de 51.879.490,56 euros para 43.760.365,30 euros, com diminuição de cerca de 15,7%. A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" registou um aumento de 7,14%, situando-se em 48.139.140,09 euros, face aos 44.933.153,30 euros verificados no ano anterior.

Em relação ao Passivo, observa-se que, sem considerar as provisões e diferimentos por não corresponderem a obrigações orçamentais presentes, este é completamente coberto pelas disponibilidades financeiras do grupo autárquico.

Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2026, mas relativos a direitos obtidos em 2025.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras.

O património líquido diminuiu 6,2 M€ face ao ano anterior, sobretudo pela redução dos resultados transitados (cerca de 13,8 M€), parcialmente compensada pelo aumento do resultado líquido do exercício e das outras variações no património líquido. O Resultado Líquido do Grupo consolidado, em 2025, é positivo (3.648.261,49 €), com forte crescimento face aos 500.798,67 € do exercício anterior.

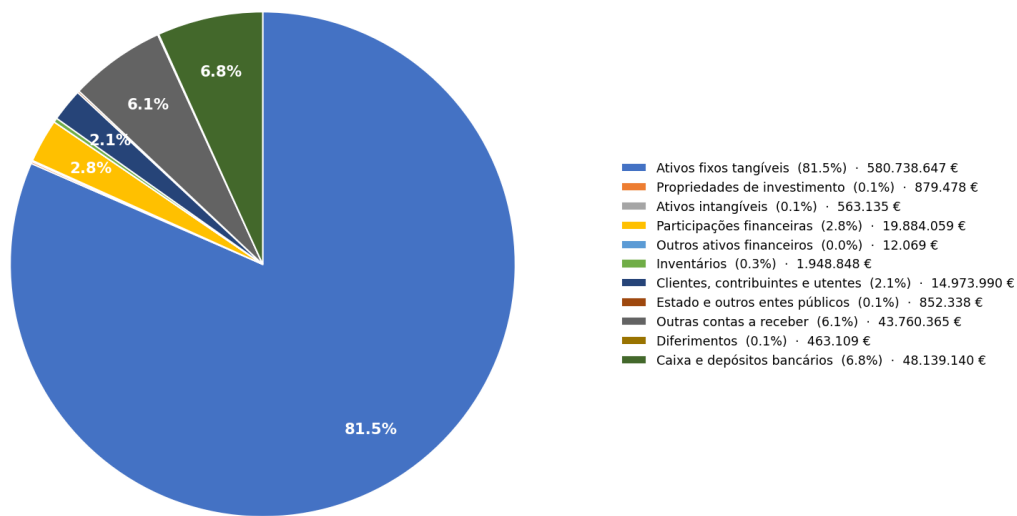
Apresenta-se no quadro seguinte a estrutura do Ativo, do Património Líquido e do Passivo de 2025 face a 2024:

ATIVO	2025 (€)	Peso (%)		2024 (€)	Peso (%)
Ativos não correntes	602.951.557,60	84,55%		605.761.370,64	84,11%
Ativos fixos tangíveis	580.738.647,05	81,44%		584.349.619,49	81,13%
Propriedades de investimento	879.477,67	0,12%		895.842,55	0,12%
Ativos intangíveis	563.134,94	0,08%		685.731,72	0,10%
Participações financeiras	19.884.059,31	2,79%		19.817.954,30	2,75%
Outros Ativos financeiros	12.069,43	0,00%		12.222,58	0,00%
Outras contas a receber	874.169,20	0,12%		0,00	0,00%
Ativos correntes	110.137.790,12	15,45%		114.462.836,25	15,89%
Inventários	1.948.847,90	0,27%		1.806.431,32	0,25%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00%		32.430,15	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	14.973.989,83	2,10%		14.423.169,21	2,00%
Estado e outros entes públicos	852.338,42	0,12%		898.761,13	0,12%
Outras contas a receber	43.760.365,30	6,14%		51.879.490,56	7,20%
Diferimentos	463.108,58	0,06%		489.400,58	0,07%
Caixa e depósitos bancários	48.139.140,09	6,75%		44.933.153,30	6,24%
Total do Ativo	713.089.347,72	100,00%		720.224.206,89	100,00%

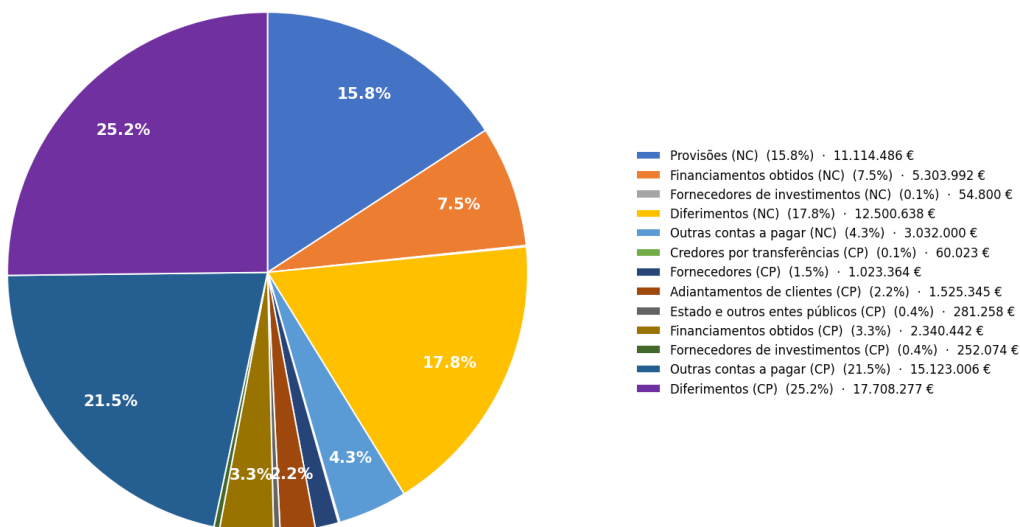
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	2025 (€)	Peso (%)	2024 (€)	Peso (%)
Património Líquido	642.769.642,90	90,14%	648.974.867,08	90,11%
Património/Capital	180.633.262,39	25,33%	179.343.599,07	24,90%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00%	86.652,55	0,01%
Reservas	39.541.719,84	5,55%	39.540.718,85	5,49%
Resultados transitados	342.423.561,19	48,02%	356.199.806,47	49,46%
Ajustamentos em ativos financeiros	5.171.765,66	0,73%	5.159.824,59	0,72%
Outras variações no património líquido	71.108.918,98	9,97%	67.876.468,31	9,42%
Resultado líquido do período	3.652.765,39	0,51%	518.134,53	0,07%
Interesses que não controlam	237.649,45	0,03%	249.662,71	0,03%
Passivo não corrente	32.005.916,89	4,49%	33.688.156,12	4,68%
Provisões	11.114.486,35	1,56%	10.429.871,83	1,45%
Financiamentos obtidos	5.303.991,99	0,74%	7.462.258,75	1,04%
Fornecedores de investimentos	54.800,00	0,01%	59.600,00	0,01%
Diferimentos	12.500.638,33	1,75%	13.181.476,43	1,83%
Outras contas a pagar	3.032.000,22	0,43%	2.554.949,11	0,35%
Passivo corrente	38.313.787,93	5,37%	37.561.183,69	5,22%
Credores por transferências e subsídios concedidos	60.022,61	0,01%	230,59	0,00%
Fornecedores	1.023.364,11	0,14%	1.174.067,04	0,16%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.525.344,94	0,21%	1.296.527,83	0,18%
Estado e outros entes públicos	281.257,87	0,04%	813.095,23	0,11%
Financiamentos obtidos	2.340.442,10	0,33%	2.163.049,66	0,30%
Fornecedores de investimentos	252.073,56	0,04%	188.864,81	0,03%
Outras contas a pagar	15.123.005,93	2,12%	15.755.992,64	2,19%
Diferimentos	17.708.276,81	2,48%	16.169.355,89	2,25%
Total do Passivo	70.319.704,82	9,86%	71.249.339,81	9,89%
Total do Património Líquido e Passivo	713.089.347,72	100,00%	720.224.206,89	100,00%

Os quadros seguintes traduzem-se graficamente nas estruturas que se apresentam:

Estrutura do Ativo Consolidado · 2025



Estrutura do Passivo Consolidado · 2025



No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira do grupo autárquico, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

Indicador	Fórmula	31/12/2025	31/12/2024
Solvabilidade I	Património líquido / Passivo	914%	911%
Solvabilidade II	Ativo Líquido / Passivo	1014%	1011%
Autonomia Financeira	Património líquido / Ativo Líquido	90%	90%
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	287%	305%
Liquidez Imediata	Caixa e bancos / Passivo corrente	125%	120%
Indicador das Imobilizações I	Património líquido / (AFT + AI + PI + PF)	107%	107%
Indicador das Imobilizações II	Passivo não corrente / (AFT + AI + PI + PF)	5%	6%
% Imobilizado Líquido Total	(AFT + AI + PI + PF) / Ativo Líquido	84%	84%
Endividamento I	Passivo / Ativo Líquido	10%	10%
Endividamento II	Dívidas (MLP + CP) / Ativo Líquido	4%	4%
Endividamento de Curto Prazo	Passivo corrente : Diferimentos / Ativo Líquido	3%	3%

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e dos SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de rendimentos, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca de 71% do total de rendimentos.

Rendimentos	31/12/2025	Peso (%)
Impostos e taxas	97.897.347,81	46,32%
Vendas	14.023.233,21	6,63%
Prestações de serviços	38.233.296,68	18,09%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	47.605.832,36	22,53%
Provisões	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	13.337.188,50	6,31%
Juros e rendimentos similares obtidos	308.636,17	0,15%
Total Rendimentos	211.405.534,73	100,00%

O quadro seguinte evidencia um aumento global dos rendimentos em 10,32% face ao ano de 2024:

Rendimentos	31/12/2025	31/12/2024	Variação Valor	Variação %
Impostos e taxas	97.897.347,81	89.940.289,39	7.957.058,42	+8,85%
Vendas	14.023.233,21	12.726.428,38	1.296.804,83	+10,19%
Prestações de serviços	38.233.296,68	35.066.767,14	3.166.529,54	+9,03%
Transferências correntes	47.605.832,36	44.617.961,98	2.987.870,38	+6,70%
Rendimentos imputados de entidades (MEP)	0,00	-223.645,53	223.645,53	+100,00%
Provisões	0,00	412.172,56	-412.172,56	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	13.337.188,50	8.847.418,96	4.489.769,54	+50,75%
Juros e rendimentos similares obtidos	308.636,17	249.146,20	59.489,97	+23,88%
Total	211.405.534,73	191.636.539,08	19.768.995,65	+10,32%

Comparativamente com 2024 é notório o incremento das rubricas de impostos e taxas, outros rendimentos e ganhos, transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, prestação de serviços, juros e rendimentos similares e obtidos e vendas, em contrapartida da diminuição da rubrica imparidade de inventários e de rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos contribuem para o total dos gastos operacionais em 68%.

Gastos	31/12/2025	Peso (%)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.542.625,83	0,74%
Fornecimentos e serviços externos	63.891.595,18	30,76%
Gastos com o pessoal	77.210.007,30	37,17%
Transferências e subsídios concedidos	19.475.273,05	9,37%
Prestações sociais	2.573.380,25	1,24%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	5.627,60	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.662.188,29	0,80%
Provisões (aumentos/reduções)	944.744,51	0,45%
Outros gastos e perdas	17.036.264,44	8,20%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.125.245,18	11,13%
Juros e gastos similares suportados	286.162,10	0,14%
Imposto sobre o rendimento	4.159,51	0,00%
Total Gastos	207.757.273,24	100,00%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2024, os gastos totais cresceram 8,70%:

Gastos	31/12/2025	31/12/2024	Variação Valor	Variação %
CMVMC	1.542.625,83	2.628.659,08	-1.086.033,25	-41,32%
FSE	63.891.595,18	58.450.782,73	5.440.812,45	+9,31%
Gastos com o pessoal	77.210.007,30	75.822.479,49	1.387.527,81	+1,83%
Transferências e subsídios concedidos	19.475.273,05	21.394.664,91	-1.919.391,86	-8,97%
Prestações sociais	2.573.380,25	2.678.716,46	-105.336,21	-3,93%
Imparidade de inventários	5.627,60	0,00	5.627,60	n/a
Imparidade dívidas a receber	1.662.188,29	574.212,43	1.087.975,86	+189,47%
Provisões	944.744,51	0,00	944.744,51	n/a
Outros gastos e perdas	17.036.264,44	6.313.805,92	10.722.458,52	+169,84%
Depreciações e amortizações	23.125.245,18	22.696.641,18	428.604,00	+1,89%
Juros e gastos similares	286.162,10	569.887,93	-283.725,83	-49,79%
Imposto sobre rendimento	4.159,51	5.890,28	-1.730,77	-29,38%
Total	207.757.273,24	191.135.740,41	16.621.532,83	+8,70%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com o Pessoal.

Análise Orçamental

Com a aplicação do SNC-AP em 2020, o perímetro orçamental do grupo autárquico foi alterado, deixando de incluir a WEMOB e foi preparada a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.

Em 2025 foi apurado um total de receita de 239,1 milhões de euros, onde se inclui uma receita efetiva de 201,0 milhões de euros e o saldo de gerência orçamental transitado de 38,1 milhões de euros.

O total de pagamentos cifrou-se em 204,8 milhões de euros, mas destes 194,4 milhões de euros correspondem a despesa efetiva, dado que como despesa não efetiva temos o pagamento da despesa com ativos financeiros e passivos financeiros no montante de 10,4 milhões de euros.

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 48,1 milhões de euros, com um crescimento de 26,15% face ao exercício anterior.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações, sendo que não foram identificados saldos orçamentais comuns entre as entidades, considera-se também que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar no final do período.

2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	2025	2024
RA01	Saldo de gerência anterior	38.110.491,46	53.919.489,24
R101	Operações orçamentais [1]	25.829.523,87	42.445.012,51
R102	Devolução do saldo devolvido por terceiros	0,00	6.248,00
R104	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00
R103	Operações de tesouraria [A]	12.280.967,59	11.474.476,73
RA02	Receita corrente	191.711.645,85	172.544.374,65
R1	Receita fiscal	80.583.527,47	70.416.726,94
R1.1	Impostos diretos	80.583.527,47	70.416.726,94
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	11.233.953,73	9.800.998,18
R4	Rendimentos de propriedade	4.144.539,28	6.443.022,75
R5	Transferências e subsídios correntes	48.012.505,17	44.272.300,71
R5.1	Transferências correntes	48.012.505,17	44.272.300,71
R5.1.1	Administrações Públicas	47.986.580,75	44.289.421,21
R5.1.2	Famílias	0,00	22.879,50
R5.1.3	Outras	0,00	-40.000,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	46.857.579,03	40.858.212,25
R7	Outras receitas correntes	879.541,17	753.113,82
RA03	Receita de capital	8.469.079,26	11.693.732,31
R8	Venda de bens de investimento	42.060,19	87.725,87
R9	Transferências e subsídios de capital	8.334.409,37	11.153.152,31
R10	Outras receitas de capital	92.609,70	452.854,13
RA04	Receita efetiva [2]	200.976.222,41	184.946.342,21
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	795.497,30	708.235,25
RA05	Receita não efetiva [3]	12.255.988,18	2.875,00
R12	Receita com ativos financeiros	12.255.988,18	2.875,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	239.061.734,46	227.394.229,72

Rubrica	Pagamentos	2025	2024
DA01	Despesa corrente	158.857.304,38	154.134.182,72
D1	Despesas com o pessoal	75.536.856,79	74.522.778,50
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	57.292.149,76	56.259.896,21
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3.419.815,98	3.297.627,09
D1.3	Segurança social	14.824.891,05	14.965.255,20
D2	Aquisição de bens e serviços	60.975.300,82	55.871.062,04
D3	Juros e outros encargos	378.376,35	542.418,14
D4	Transferências e subsídios correntes	19.708.105,84	21.224.689,30
D4.1	Transferências correntes	16.837.702,67	18.093.172,82
D4.1.1	Administração Local	4.463.027,87	4.115.562,51
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	11.970.784,88	13.536.524,90
D4.1.4	Outras	403.889,92	410.000,00
D4.1.5	Famílias	0,00	31.085,41
D4.2	Subsídios Correntes	2.870.403,17	3.131.516,48
D5	Outras despesas correntes	2.258.664,58	1.973.234,74
DA02	Despesa de capital	35.545.779,32	33.331.944,62
D6	Aquisição de bens de capital	32.701.708,48	29.927.540,41
D7	Transferências e subsídios de capital	2.844.070,84	3.404.404,21
D7.1	Transferências de capital	2.844.070,84	3.404.404,21
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
DA03	Despesa efetiva [5]	194.403.083,70	187.466.127,34
DA04	Despesa não efetiva [6]	10.402.027,38	14.098.578,51
D9	Despesa com ativos financeiros	8.000.000,00	12.000.000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	2.402.027,38	2.098.578,51
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	204.805.111,08	201.564.705,85
DA06	Saldo para a gerência seguinte	48.076.200,86	38.110.491,46
DA07	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	34.256.623,38	25.829.523,87
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	13.819.577,48	12.280.967,59
DA09	Saldo global [9]=[2]-[5]	6.573.138,71	-2.519.785,13
DA11	Saldo corrente	32.854.341,47	18.410.191,93
DA12	Saldo de capital	-27.076.700,06	-21.638.212,31
DA13	Saldo primário	6.951.515,06	-1.977.366,99
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	239.061.734,46	227.394.229,72
DA15	Despesa total [5] + [6]	204.805.111,08	201.564.705,85

Conciliação com saldo da Demonstração de Fluxos de Caixa:

	Descrição	2025 (€)
1	Saldo Gerência 2025	48.076.200,86
2	Ajustamento por homogeneização das demonstrações orçamentais	0,00
	Caixa e seus equivalentes a 31.12.2025 da empresa WEMOB	62.939,23
3	Outros	0,00
(1)+(2)+(3)	Saldo final de caixa e seus equivalentes do consolidado financeiro	48.139.140,09

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

Rubrica	DIREITOS	2025	2024	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2025	2024
	Receita corrente	19.822.060,71	17.504.086,22		Despesa corrente	1.574.452,27	1.609.616,51
R1	Receita fiscal	63.446,65	63.037,29	D1	Despesas com o pessoal	212.401,94	407.290,82
R1.1	Impostos diretos	63.446,65	63.037,29	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	127.146,34	151.121,64
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	8.461,41	13.892,61
R2	Contribuições	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	76.794,19	242.276,57
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7.064.970,83	6.940.013,99	D2	Aquisição de bens e serviços	1.241.359,41	1.194.911,97
R4	Rendimentos de propriedade	859.804,28	47.399,81	D3	Juros e outros encargos	0,00	3,00
R5	Transferências e subsídios correntes	289.878,98	604.276,71	D4	Transferências e subsídios correntes	57.522,61	1.193,41
R5.1	Transferências correntes	289.878,98	604.276,71	D4.1	Transferências correntes	57.522,61	962,82
R5.1.1	Administrações Públicas	150.000,00	464.397,73	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	57.522,61	962,82
R5.1.2	Exterior : UE	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	139.878,98	139.878,98	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	230,59
R6	Venda de bens e serviços	11.317.921,73	9.689.991,67	D5	Outras despesas correntes	63.168,31	6.217,31
R7	Outras receitas correntes	226.038,24	159.366,75				
	Receita de capital	88.238,17	88.268,72		Despesa de capital	525.381,46	218.608,11
R8	Venda de bens de investimento	134,39	164,95	D6	Aquisição de bens de capital	522.881,46	218.608,11
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	2.500,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	88.103,78	88.103,78	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	223.331,37	63.037,29				
	Receita efetiva [2]	20.133.630,25	17.655.392,23		Despesa efetiva [5]	2.099.833,73	1.828.224,62
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	9.496.337,89
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	9.496.337,89
	Soma [4]=[2]+[3]	20.133.630,25	17.655.392,23		Soma [7]=[5]+[6]	2.099.833,73	11.324.562,51

3. Demonstrações Financeiras

3.1 Balanço Consolidado

RUBRICAS	Notas	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
ATIVO			
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	5	580.738.647,05	584.349.619,49
Propriedades de investimento	8	879.477,67	895.842,55
Ativos intangíveis	3	563.134,94	685.731,72
Participações financeiras	22	19.884.059,31	19.817.954,30
Outros Ativos financeiros		12.069,43	12.222,58
Outras contas a receber		874.169,20	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Subtotal		602.951.557,60	605.761.370,64
Activo corrente:			
Inventários	10	1.948.847,90	1.806.431,32
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9, 18	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	9, 18	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados		0,00	32.430,15
Cientes, contribuintes e utentes	9, 18	14.973.989,83	14.423.169,21
Estado e outros entes públicos	23	852.338,42	898.761,13
Outras contas a receber	9, 18	43.760.365,30	51.879.490,56
Diferimentos		463.108,58	489.400,58
Caixa e depósitos bancários	23	48.139.140,09	44.933.153,30
Subtotal		110.137.790,12	114.462.836,25
Total do Ativo		713.089.347,72	720.224.206,89
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	180.633.262,39	179.343.599,07
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	86.652,55
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	23	39.541.719,84	39.540.718,85
Resultados transitados	23	342.423.561,19	356.199.806,47
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5.171.765,66	5.159.824,59
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido	23	71.108.918,98	67.876.468,31
Resultado líquido do período		3.652.765,39	518.134,53

RUBRICAS	Notas	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Interesses que não controlam		237.649,45	249.662,71
Total do Património Líquido		642.769.642,90	648.974.867,08
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	11.114.486,35	10.429.871,83
Financiamentos obtidos	7	5.303.991,99	7.462.258,75
Fornecedores de investimentos		54.800,00	59.600,00
Diferimentos	23	12.500.638,33	13.181.476,43
Outras contas a pagar	23	3.032.000,22	2.554.949,11
Subtotal		32.005.916,89	33.688.156,12
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		60.022,61	230,59
Fornecedores	18	1.023.364,11	1.174.067,04
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		1.525.344,94	1.296.527,83
Estado e outros entes públicos	23	281.257,87	813.095,23
Financiamentos obtidos	7	2.340.442,10	2.163.049,66
Fornecedores de investimentos	18	252.073,56	188.864,81
Outras contas a pagar	18	15.123.005,93	15.755.992,64
Diferimentos	23	17.708.276,81	16.169.355,89
Subtotal		38.313.787,93	37.561.183,69
Total do Passivo		70.319.704,82	71.249.339,81
Total do Património Líquido e Passivo		713.089.347,72	720.224.206,89

3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Impostos e taxas	14	97.897.347,81	89.940.289,39
Vendas	13	14.023.233,21	12.726.428,38
Prestações de serviços	13	38.233.296,68	35.066.767,14
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	47.605.832,36	44.617.961,98
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	-223.645,53
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1.542.625,83	-2.628.659,08
Fornecimentos e serviços externos	23	-63.891.595,18	-58.450.782,73
Gastos com o pessoal	19	-77.210.007,30	-75.822.479,49
Transferências e subsídios concedidos	23	-19.475.273,05	-21.394.664,91
Prestações sociais		-2.573.380,25	-2.678.716,46
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-5.627,60	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-1.662.188,29	-574.212,43
Provisões (aumentos/reduções)	15	-944.744,51	412.172,56
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13/14/23	13.337.188,50	8.847.418,96
Outros gastos e perdas	23	-17.036.264,44	-6.313.805,92
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		26.755.192,11	23.524.071,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5	-23.125.245,18	-22.696.641,18
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos)		3.629.946,93	827.430,68
Juros e rendimentos similares obtidos		308.636,17	249.146,20
Juros e gastos similares suportados		-286.162,10	-569.887,93
Resultado antes de impostos		3.652.421,00	506.688,95
Imposto sobre o rendimento		-4.159,51	-5.890,28
Resultado líquido do período		3.648.261,49	500.798,67
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		3.652.765,39	518.134,53
Interesses que não controlam		-4.503,90	-17.335,86

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Rubricas	2025 (€)	2024 (€)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	61.620.638,64	55.274.342,51
Recebimentos de contribuintes	80.583.527,47	70.417.502,96
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	45.302.187,56	44.226.580,09
Recebimentos de utentes	10.687.731,19	9.215.283,28
Pagamentos a fornecedores	-65.846.311,18	-62.496.803,38
Pagamentos ao pessoal	-77.089.548,15	-75.330.487,25
Pagamentos de transferências e subsídios correntes	-19.725.163,78	-26.123.016,58
Pagamentos de prestações sociais	-2.390.403,17	-2.651.516,48
Caixa gerada pelas operações	33.142.658,58	12.531.885,15
Outros recebimentos / pagamentos	-10.482.396,61	-4.903.101,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]	22.660.261,97	7.628.783,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-21.357.896,42	-22.151.855,05
Ativos intangíveis	-499.834,21	-483.309,92
Propriedades de Investimento	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	-3.324.416,74	-3.324.416,74
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	34.721,52
Ativos intangíveis	0,00	42.000,00
Propriedades de Investimento	0,00	3.837.447,43
Investimentos financeiros	0,00	252.917,03
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	8.094.930,99	12.060.308,46
Transferências de capital	0,00	1.066.204,62
Juros e rendimentos similares	0,00	186.281,15
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]	-17.087.216,38	-8.479.701,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	629.482,41
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	89.527,55
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2.080.895,70	-3.350.939,15
Juros e gastos similares	-286.163,10	-546.454,85
Dividendos	0,00	0,00

Rubricas	2025 (€)	2024 (€)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]	-2.367.058,80	-3.178.384,04
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	3.205.986,79	-4.029.302,31
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	44.933.153,30	48.962.455,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48.139.140,09	44.933.153,30
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	44.933.153,30	48.962.455,61
(-) Equivalentes a Caixa no início do período	0,00	0,00
(-) Variações cambiais no início do período	0,00	0,00
(=) Saldo da gerência anterior	44.933.153,30	48.962.455,61
De execução orçamental	38.110.491,46	45.530.277,82
De operações de tesouraria	6.822.661,84	3.432.155,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48.139.140,09	44.933.153,30
(-) Equivalentes a Caixa no fim do período	-12.000.000,00	-12.000.000,00
(-) Variações cambiais no fim do período	0,00	0,00
(=) Saldo da gerência seguinte	36.139.140,09	32.933.153,30
De execução orçamental	48.076.200,86	38.794.396,68
De operações de tesouraria	-11.937.060,77	-5.861.243,38

3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2025 · valores em euros

Descrição	Património / Capital	Outros instr. capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos ativos financ.	Excedentes revalorização	Outras variações no PL	Resultado líquido período	Total atribuível à entidade-mãe	Interesses que não controlam	Total Patrim. Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO [1]	179.343.599,07	86.652,55	39.540.718,85	-	356.199.806,47	5.159.824,59	-	67.876.468,31	518.134,53	648.725.204,37	249.662,71	648.974.867,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO [2]												
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	518.134,53	-	-	-	(518.134,53)	-	-	-
MEP de associadas	-	-	-	-	-	11.941,07	-	-	-	11.941,07	-	11.941,07
Outras alterações	1.289.663,32	(86.652,55)	1.000,99	-	(14.294.379,81)	-	-	3.232.450,67	-	(9.857.917,38)	(7.509,36)	(9.865.426,74)
SUBTOTAL DAS ALTERAÇÕES NO PERÍODO [2]	1.289.663,32	(86.652,55)	1.000,99	-	(13.776.245,28)	11.941,07	-	3.232.450,67	(518.134,53)	(9.845.976,31)	(7.509,36)	(9.853.485,67)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO [3]	-	-	-	-	-	-	-	-	3.652.765,39	3.652.765,39	(4.503,90)	3.648.261,49
RESULTADO INTEGRAL [4] = [2] + [3]	1.289.663,32	(86.652,55)	1.000,99	-	(13.776.245,28)	11.941,07	-	3.232.450,67	3.134.630,86	(6.193.210,92)	(12.013,26)	(6.205.224,18)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL [5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO [6] = [1]+[2]+[3]+[5]	180.633.262,39	-	39.541.719,84	-	342.423.561,19	5.171.765,66	-	71.108.918,98	3.652.765,39	642.531.993,45	237.649,45	642.769.642,90

3.5 Contabilidade de Gestão

Constituindo um instrumento de gestão interna, a contabilidade de gestão assume extrema importância, ao permitir às entidades que constituem o Grupo Municipal maior rigor na gestão de recursos e uma administração mais eficaz, eficiente e económica.

Com contabilidade de gestão é possível avaliar os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas, bem como o cumprimento dos objetivos de serviço aos cidadãos.

Complementando a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, esta contabilidade permite uma melhor gestão do Município e de cada uma das suas unidades funcionais.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas através da NCP 27, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

No quadro seguinte apresenta-se o resultado por função do exercício de 2025, consolidado para o conjunto das entidades do perímetro.

Função / Entidade	Resultado (€)
Funções Gerais (CMA)	35.610.608,65
Funções Sociais (CMA)	(25.990.727,90)
Funções Económicas (CMA)	(31.670,73)
Outras Funções (CMA)	(5.962.089,23)
SMAS	(874.640,57)
WeMob	977,29
ARRIBATEJO	(1.101,86)
NOVALMADAVELHA	(26.768,63)
Ajustamentos de consolidação	923.674,47
Total	3.648.261,49

O quadro apresenta o resultado por função da entidade-mãe (Município de Almada), organizado segundo a classificação funcional, ao qual acrescem os resultados líquidos das restantes entidades do perímetro de consolidação. A eliminação dos resultados imputados por aplicação do método da equivalência patrimonial assegura a reconciliação com o resultado líquido consolidado do exercício, de 3.648.261,49 €.

3.6 Outras informações

No quadro seguinte apresenta-se a dívida a terceiros do Grupo Municipal, por rubrica e por entidade, com evidência das eliminações de saldos intragrupo efetuadas no processo de consolidação.

Dívida a terceiros do Grupo Municipal

Rubrica	CMA	SMAS	WeMob	ARRIB.	NAV	Eliminações	Consolidado
Financiamentos obtidos (não corrente)	5.173.588,86	0,00	130.403,13	0,00	0,00	0,00	5.303.991,99
Financiamentos obtidos (corrente)	2.190.196,38	0,00	150.245,72	0,00	0,00	0,00	2.340.442,10
Fornecedores de investimentos (não corrente)	54.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.800,00
Fornecedores de investimentos (corrente)	251.066,68	1.006,88	0,00	0,00	0,00	0,00	252.073,56
Fornecedores	1.471.439,86	126.148,70	102.671,28	1.331,62	469,08	(678.696,43)	1.023.364,11
Estado e outros entes públicos	7.538,93	168.988,14	95.684,90	2.917,93	6.127,97	0,00	281.257,87
Credores por transferências e subsídios	60.022,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.022,61
Outras contas a pagar (não corrente)	2.645.633,54	1.168.088,53	0,00	0,00	0,00	(781.721,85)	3.032.000,22
Outras contas a pagar (corrente)	10.072.337,16	9.048.046,07	425.555,17	26.334,08	14.528,56	(4.463.795,11)	15.123.005,93
Total dívida a terceiros	21.926.624,02	10.512.278,32	904.560,20	30.583,63	21.125,61	(5.924.213,39)	27.470.958,39

3.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 1 : Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 : Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que: "O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades".

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;

- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Refere-se no mesmo artigo que "Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal."

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente o poder sobre as políticas financeiras e operacionais e capacidade de afetar a quantia de benefícios da entidade controlada.

Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos consolidação financeira preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (Grupo Municipal) é à data o seguinte:

Tipo	Entidade	% Detenção direta CMA	% Detenção no grupo	Método contabilização
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL : Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob : E.M., S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado : influência significativa	COSTAPOLIS : Soc. para Desenv. do POLIS na Costa da Caparica, S.A.	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience : Investigação e Desenvolvimento em Celulose	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS : Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

O grupo autárquico para efeitos de consolidação é o apresentado no quadro seguinte:

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira
ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	x
NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento Local	x
WeMob : Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M., S.A.	x
SMAS : Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	x

A consolidação orçamental exclui a empresa WEMOB dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

Em comparação com 2024, a AGENEAL: Agência Municipal de Energia de Almada saiu do perímetro de consolidação, em virtude da reestruturação societária ocorrida no exercício.

São os seguintes os responsáveis pelas demonstrações consolidadas:

Entidade	Cargo / Órgão	Demonstrações orçamentais	Demonstrações financeiras
Elaboração	António Adriano Almeida - Diretor do Departamento Financeiro	x	x
Apresentação e Divulgação	Ivan Gonçalves - Vereador	x	x
Aprovação	Câmara Municipal	x	x
Apreciação	Assembleia Municipal	x	x

Reanálise das infraestruturas dos SMAS (continuidade da Nota 1 do exercício anterior)

Durante o exercício de 2024, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) procederam a uma reanálise das infraestruturas existentes, em conformidade com as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), tendo como objetivo a regularização do reporte da informação patrimonial e a garantia da correta estrutura de informação para os ativos existentes.

Em 2025, esse trabalho mantém-se devidamente refletido nas demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, na presente data, lugar a novas reexpressões ao abrigo da NCP 1. Os efeitos das reexpressões aplicadas em 2024 mantêm-se integralmente nos saldos de abertura de 2025, sem necessidade de novos ajustamentos.

Nota 2 : Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas continuam a ser preparadas em conformidade com o SNC-AP, na sequência das primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas naquele referencial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	Consolidado 2025 (€)	Consolidado 2024 (€)
Caixa	35.265,50	29.875,95
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	18.025.842,07	16.624.806,24
Depósitos à ordem	18.078.032,52	16.278.471,11
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	12.000.000,00	12.000.000,00
Depósitos consignados	0,00	0,00
Depósitos de garantias e cauções	0,00	0,00
Total	48.139.140,09	44.933.153,30

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Ativos Fixos Tangíveis

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pelo grupo autárquico.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Cientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços do grupo autárquico e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que o grupo autárquico cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 3 : Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

Tipo de AI	Vida útil estimada
Ativos intangíveis de domínio público	Variável (vida útil)
Goodwill	Não aplicável
Projetos de desenvolvimento	3 a 5 anos
Programas de computador e sistemas de informação	3 anos (33,33% anual)
Propriedade industrial e intelectual	Variável
Outros ativos intangíveis	Variável (vida útil)

O quadro seguinte resume as variações ocorridas nos ativos intangíveis do Grupo durante o exercício de 2025, por categoria, resultantes da agregação das quantias reportadas por cada entidade do perímetro de consolidação. O saldo final, de 563.134,94 €, corresponde ao valor inscrito no Balanço Consolidado:

Categoria	Saldo inicial	Adições	Transf. internas	Amortizações do período	Diminuições	Outras variações	Saldo final
Programas de computador	520.003,64	28.798,72	21.866,75	-168.255,37	0,00	64.125,98	466.539,72
Ativos intangíveis em curso	28.342,00	9.972,60	-28.342,00	0,00	0,00	86.622,62	96.595,22
Total	548.345,64	38.771,32	-6.475,25	-168.255,37	0,00	150.748,60	563.134,94

A quantia escriturada líquida do consolidado a 31 de dezembro de 2025 cifra-se em 563.134,94 €, com uma redução de 122.596,78 € face ao período anterior, refletindo as amortizações do exercício superiores aos novos investimentos.

Nota 4 : Acordos de concessão de serviços : Concedente

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão
Concessionário	E-REDES
NIPC	504394029
Objeto concessão	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão
Período de concessão	20 anos
Pagamento ao concessionário	---

O contrato referido no quadro anterior, teve o seu término em junho de 2022, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal de Almada (CMA), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2022. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMA entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

No quadro seguinte evidencia-se que o efeito das correções patrimoniais registadas em 2025, resultantes da regularização das diferenças entre os dados provisórios de 2024 e os valores posteriormente reportados como definitivos, é imaterial face ao montante global dos ativos em causa.

Reconciliação dos valores do imobilizado da E-Redes (dados definitivos vs. provisórios de 2024 e efeito das regularizações em 2025)

Rúbrica da E-Redes	DADOS DEFINITIVOS DA E-REDES DE 2024			DADOS PROVISÓRIOS DE 2024			EFEITO DAS REGULARIZAÇÕES DOS DADOS DE 2024 EM 2025		
	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Regularização do Valor Bruto Total	Regularização de Amortizações	Valor Total das Correções ao ano anterior (2024)
Postos Transformação e Seccionamento	26 025 904,78	22 824 236,79	3 201 667,99	26 025 904,78	22 844 526,46	3 181 378,32	0,00	-20 289,67	20 289,67
Redes aéreas	17 942 175,93	16 324 829,74	1 617 346,19	17 942 165,08	16 325 365,73	1 616 799,35	10,85	-535,99	546,84
Redes subterrâneas	20 580 005,73	18 152 141,49	2 427 864,24	20 581 299,47	18 168 523,04	2 412 776,43	-1 293,74	-16 381,55	15 087,81
Chegadas aéreas	4 194 209,80	4 109 561,54	84 648,26	4 194 209,80	4 108 774,60	85 435,20	0,00	786,94	-786,94
Chegadas subterrâneas	12 294 197,07	9 789 431,86	2 504 765,21	12 294 197,07	9 786 545,10	2 507 651,97	0,00	2 886,76	-2 886,76
Contadores	7 573 108,57	7 524 364,85	48 743,72	7 573 108,57	7 540 480,59	32 627,98	0,00	-16 115,74	16 115,74
Outro equipamento + Equipamentos Acessórios e Outros	2 536 707,43	2 263 923,01	272 784,42	2 536 730,74	2 317 471,99	219 258,75	-23,31	-53 548,98	53 525,67
Iluminação pública	20 072 773,16	17 499 832,07	2 572 941,09	20 072 773,16	17 492 968,38	2 579 804,78	0,00	6 863,69	-6 863,69
Eq. Telegestão Energia EDP Box	5 498 598,78	2 927 787,13	2 570 811,65	5 497 571,23	3 020 305,81	2 477 265,42	1 027,55	-92 518,68	93 546,23
TOTAL	116 717 681,25	101 416 108,48	15 301 572,77	116 717 959,90	101 604 961,70	15 112 998,20	-278,65	-188 853,22	188 574,57

No quadro seguinte, apresentam-se os dados provisórios reportados pela E-Redes, referentes ao ano de 2025 e que se encontram registados no ativo municipal, bem como o respetivo diferimento.

Rúbrica da E-Redes	DADOS PROVISÓRIOS DE 2025		
	Valor Bruto Total	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Postos Transformação e Seccionamento	26 237 454,72	22 906 265,37	3 331 189,35
Redes aéreas	17 953 989,12	16 334 624,39	1 619 364,73
Redes subterrâneas	21 111 887,59	18 345 645,51	2 766 242,08
Chegadas aéreas	4 201 714,70	4 119 575,20	82 139,50
Chegadas subterrâneas	12 842 858,37	10 006 898,24	2 835 960,13
Contadores	7 176 028,87	7 122 976,83	53 052,04
Outro equipamento + Equipamentos Acessórios e Outros	2 545 546,91	2 187 324,53	358 222,38
Iluminação pública	20 496 250,39	17 710 540,45	2 785 709,94
Eq. Telegestão Energia EDP Box (até e após 01-01-2015)	5 569 774,12	3 340 450,03	2 229 324,09
Total	118 135 504,79	102 074 300,55	16 061 204,24

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Dados provisórios reportados pela E-Redes referentes a 2025	
Valor líquido dos ativos afetos à concessão	16 061 204,24
Comparticipações de terceiros	5 213 101,68
Valor suportado pela E-redes não participado (corresponde ao diferimento de rendimento efetuado pela autarquia)	10 848 102,56

Nota 5 : Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se ativos fixos tangíveis em curso aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas úteis, principais, as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	entre 5% a 20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	13%
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2% a 25%

O quadro seguinte resume as variações ocorridas nos ativos fixos tangíveis do Grupo durante o exercício de 2025, por categoria, resultantes da agregação das quantias reportadas por cada entidade do perímetro de consolidação (CMA, SMAS, WeMob, ARRIBATEJO e NOVALMADAVELHA). O saldo final, de 580.738.647,05 €, corresponde ao valor inscrito no Balanço Consolidado:

Categoria	Saldo inicial	Adições	Transf. internas	Depreciações do período	Diminuições	Outras variações	Saldo final
Bens domínio público - Terrenos e recursos naturais	6.035.255,17	89.693,29	0,00	0,00	0,00	0,00	6.124.948,46
Bens domínio público - Edifícios e outras construções	5.205.424,48	1.241.320,00	0,00	-384.843,42	0,00	0,00	6.061.901,06
Bens domínio público - Infraestruturas	120.168.870,05	993.102,45	49.339,46	-6.470.176,53	-2.158,70	0,00	114.738.976,73
Bens domínio público - Património histórico, artístico e cultural	1.217.611,13	0,00	0,00	-1.010,64	0,00	0,00	1.216.600,49
Bens domínio público em curso	289.273,90	4.562.376,30	0,00	0,00	0,00	0,00	4.851.650,20
Ativos fixos em concessão - Infraestruturas	15.112.998,20	1.417.544,89	0,00	-469.338,85	0,00	0,00	16.061.204,24
Outros AFT - Terrenos e recursos naturais	180.721.901,48	-9.257.468,51	0,00	0,00	0,00	0,00	171.464.432,97
Outros AFT - Edifícios e outras construções	212.474.253,67	4.654.638,11	620.216,25	-8.400.442,25	0,00	-1.718,67	209.346.947,11
Outros AFT - Equipamento básico	14.952.032,67	1.704.508,19	652.242,02	-3.386.555,06	-250.000,70	-24.160,49	13.648.066,63
Outros AFT - Equipamento de transporte	4.264.921,99	531.600,59	0,00	-1.243.876,79	0,00	0,00	3.552.645,79
Outros AFT - Equipamento administrativo	2.255.569,45	517.578,71	7.757,09	-751.863,27	0,00	0,00	2.029.041,98
Outros AFT - Outros	3.153.516,61	362.437,00	250.920,02	-852.110,22	0,00	-146,92	2.914.616,49
Ativos fixos tangíveis em curso	18.538.218,34	10.829.978,50	-614.203,87	0,00	0,00	-26.378,07	28.727.614,90
Total	584.389.847,14	17.647.309,52	966.270,97	-21.960.217,03	-252.159,40	-52.404,15	580.738.647,05

Nota 6 : Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada relativa aos contratos de locação identificados como relevantes pelas entidades que integram o Grupo Municipal, sendo que os mesmos correspondem, na sua maioria, a contratos celebrados pela Câmara Municipal de Almada.

6.1 Locações Operacionais: Locatário

O Grupo Municipal é locatário de diversos contratos operacionais relativos a habitação social, arrendamento de imóveis, material de transporte e equipamento. Os encargos com rendas e alugueres reconhecidos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (conta 62.6.1) ascenderam, no exercício de 2025, a 1.863.912,62 € (2024: 1.711.220,72 €), repartidos do seguinte modo: CMA 1.605.188,90 €, SMAS 92.937,43 €, WeMob 165.786,29 €, ARRIBATEJO 0,00 € e NOVALMADAVELHA 0,00 €. Dentro da CMA, a sub-rubrica de rendas e alugueres de edifícios totaliza 490.399,55 € em 2025 (2024: 218.535,43 €), sendo o remanescente relativo a material de transporte, equipamento e outros. O detalhe contrato a contrato encontra-se em mapa de suporte, dada a sua extensão.

6.2 Locações Operacionais: Locador

O Grupo Municipal recebe rendas em propriedades de investimento e bens de domínio privado cedidos a terceiros em regime de arrendamento ou cessão de exploração. Os rendimentos com rendas em 2025 totalizam 363.034,45 € (2024: 324.401,81 €), reconhecidos na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

6.3 Locações Financeiras

O Grupo detém contratos de locação financeira a médio prazo, conforme os seguintes valores:

Banco	Nº Contrato	Objeto	Valor contratual	Valor em dívida	Corrente	Não Corrente	Valor líquido contabilístico
Millennium BCP	400128580	Minibus	67 750,00	-	-	-	11 314,25
Banco Santander Totta	244845	Reboque	47 647,26	30 813,39	6 554,68	24 258,71	15 882,41
Caixa Geral de Depósitos	147188	Ligeiro elétrico	30 991,46	16 624,95	6 192,46	10 432,49	10 976,13
Caixa Geral de Depósitos	100149059	Minibus	68 140,00	43 066,97	13 319,55	29 747,42	48 679,22
			214 528,72	90 505,31	26 066,69	64 438,62	86 852,01

Nota 7 : Custo dos empréstimos obtidos

No quadros seguinte detalham-se os empréstimos de médio longo prazo titulados pela Câmara Municipal de Almada.

EMPRÉSTIMOS : serviço da dívida	2025 Amortiz.	2025 Juros	2026 Amortiz.	2026 Juros	2027 Amortiz.	2027 Juros	2028 Amortiz.	2028 Juros	2029 Amortiz.	2029 Juros	2030 e seg.
Caixa Geral de Depósitos	237.904,00	12.595,00	241.406,00	7.738,00	183.213,00	5.623,00	185.018,00	3.819,00	146.889,00	1.996,00	108.163,00
68 FOGOS / PER	59.469,00	907,00	59.975,00	328,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87 FOGOS / PER	75.877,00	4.683,00	77.294,00	2.613,00	78.084,00	1.818,00	78.887,00	1.015,00	39.747,00	204,00	0,00
58 FOGOS / PER	57.900,00	4.398,00	58.962,00	2.824,00	59.546,00	2.241,00	60.135,00	1.651,00	60.731,00	1.056,00	108.163,00
55 FOGOS / PER	44.658,00	2.607,00	45.175,00	1.973,00	45.583,00	1.564,00	45.995,00	1.152,00	46.411,00	737,00	0,00
Banco BPI	983.397,00	223.172,00	1.008.291,00	159.167,00	1.026.895,00	121.093,00	1.046.155,00	82.441,00	909.611,00	43.963,00	455.556,00
ESCOLAS BÁSICAS	139.504,00	17.671,00	144.765,00	10.705,00	148.571,00	6.899,00	152.477,00	2.993,00	0,00	0,00	0,00
REDE ESCOLAR	125.735,00	27.794,00	125.735,00	19.520,00	125.735,00	14.318,00	125.735,00	9.136,00	125.735,00	3.913,00	0,00
REGENERAÇÃO URBANA	344.853,00	76.232,00	344.853,00	53.538,00	344.853,00	39.269,00	344.853,00	25.059,00	344.853,00	10.731,00	0,00
FINANCIAMENTO INV.	373.305,00	101.474,00	392.939,00	75.404,00	407.736,00	60.607,00	423.090,00	45.252,00	439.023,00	29.320,00	455.556,00
Banco Santander Totta	668.750,00	52.611,00	668.750,00	25.513,00	334.375,00	5.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANC. PROJETOS DE INV.	668.750,00	52.611,00	668.750,00	25.513,00	334.375,00	5.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos - Quadro ADC	255.988,00	41.791,00	267.741,00	24.509,00	274.420,00	17.903,00	250.489,00	11.167,00	256.813,00	4.843,00	0,00
REFORMULAÇÃO ETAR QUINTA DA BOMBA	227.700,00	39.060,00	238.378,00	23.208,00	244.320,00	17.335,00	250.489,00	11.167,00	256.813,00	4.843,00	0,00
EMISSIONÁRIO BACIA NORTE COSTA POLIS	28.288,00	2.730,00	29.363,00	1.301,00	30.100,00	568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL EMPRÉSTIMOS	2.146.039,00	330.168,00	2.186.188,00	216.928,00	1.818.903,00	149.722,00	1.481.662,00	97.426,00	1.313.313,00	50.802,00	563.719,00

Também a Wemob detém empréstimos e outros financiamentos com entidades bancárias, nomeadamente:

Banco	Nº Contrato	Valor em dívida	Corrente	Não Corrente	Observações
Santander	318563526097	100 000,00	100 000,00	0,00	Conta Cauconada
Millennium BCP	414107561	90 143,54	24 179,03	65 964,51	Empréstimo MLP
Banco Santander Totta	244845	30 813,39	6 554,68	24 258,71	Leasing
Caixa Geral de Depósitos	147188	16 624,95	6 192,46	10 432,49	Leasing
Caixa Geral de Depósitos	100149059	43 066,97	13 319,55	29 747,42	Leasing
		280 648,85	150 245,72	130 403,13	

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

Empréstimos	Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)
Saldo a 31.12.2025	2.340.442,10	5.303.991,99	7.644.434,09
Saldo a 31.12.2024	2.163.049,66	7.462.258,75	9.625.308,41

A exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo, evidenciam a redução de 1.980.874,32 € (-20,58%) face ao período anterior, em resultado das amortizações realizadas no exercício e da ausência de novos financiamentos contratados em 2025.

Nota 8 : Propriedades de Investimento

Bases de mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constantes no Classificador Complementar 2: Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Escriturada e movimentos do período:

Rubrica	Designação	Saldo Inicial (€)	Depreciações do Período (€)	Saldo Final (€)	Rendas obtidas (€)
PI1	Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
PI2	Terrenos e recursos naturais	365.007,12	0,00	365.007,12	294.975,71
PI3	Edifícios e outras construções	622.044,12	-91.208,69	530.835,43	68.058,74
PI4	Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
PI5	Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total CMA		987.051,24	-91.208,69	895.842,55	363.034,45
Saldo Final Consolidado				879.477,67	

A quantia escriturada líquida das propriedades de investimento a 31.12.2025 ascende a 879.477,67 €, sendo aplicado o método de mensuração pelo custo. Em 2025 não ocorreram movimentos de adições ou diminuições significativas nesta rubrica.

Nota 9 : Imparidade de ativos financeiros

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros:

Ativo	Quantia bruta 31.12.2025	Imparidade acumulada 1.1.2025	Varição	Imparidade 31.12.2025	Quantia Recuperável
Ativos não correntes:					
Participações financeiras	19.884.059,31	0,00	0,00	0,00	19.884.059,31
Outros Ativos financeiros	12.069,43	0,00	0,00	0,00	12.069,43
Ativos correntes:					
Inventários	2.014.111,93	53.634,93	11.629,10	65.264,03	1.948.847,90
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	221.067,02	150,80	221.217,82	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	22.377.322,83	6.055.353,07	1.347.979,93	7.403.333,00	14.973.989,83
Estado e outros entes públicos	852.338,42	0,00	0,00	0,00	852.338,42
Outras contas a receber	43.761.820,42	53.855,86	1.455,12	55.310,98	43.760.365,30
Diferimentos	463.108,58	0,00	0,00	0,00	463.108,58
Total	89.364.830,92	6.383.910,88	1.361.214,95	7.745.125,83	81.894.778,77

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

A imparidade reconhecida no exercício de 2025 ascende a 1.662.188,29 € (2024: 574.212,43 €), refletindo o esforço de adequar o valor escriturado dos saldos a receber à sua quantia recuperável real, com particular incidência em saldos antigos da carteira da Câmara Municipal de Almada.

Nota 10 : Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	Quantia bruta (€)	Imparidade acumulada (€)	Quantia recuperável (€)
Mercadorias	45.623,45	0,00	45.623,45
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.968.488,48	-65.264,03	1.903.224,45
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.014.111,93	-65.264,03	1.948.847,90

Inventários: movimento do período:

Rubricas	Saldo Inicial	Compras líquidas	Consumos/Gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Outros aumentos	Saldo Final
Mercadorias	42.973,89	15.000,00	-12.000,00	0,00	0,00	-350,44	45.623,45
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.763.457,43	2.632.237,20	-2.487.001,65	0,00	-5.627,60	159,07	1.903.224,45
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.806.431,32	2.647.237,20	-2.499.001,65	0,00	-5.627,60	-191,37	1.948.847,90

Nota 13: Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados:

Tipo de rendimento	Rendimento reconhecido em Resultados 31/12/2025 (€)	Rendimento reconhecido em Resultados 31/12/2024 (€)
Prestações de serviços	38.233.296,68	35.066.767,14
Vendas de bens	14.023.233,21	12.726.428,38
Dividendos ou distribuições similares	0,00	40.271,06
Outros rendimentos	13.337.188,50	8.847.418,96
TOTAL	65.593.718,39	56.680.885,54

Nota 14: Rendimentos de transações sem contraprestação

Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento reconhecido em Resultados (€)	Quantia a receber Início do período (€)	Quantia a receber Final do período (€)	Adiantamentos recebidos (€)
Impostos diretos	43.345.830,71	0,00	67.225,81	0,00
Impostos indiretos	36.280.850,20	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	15.876.530,84	0,00	6.912.430,78	0,00
Multas e outras penalidades	521.050,20	0,00	168.120,45	0,00
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	47.605.832,36	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	11.153.152,31	1.075.112,47	0,00	0,00
Subsídios com condição	2.509.068,51	0,00	0,00	0,00
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5.824.513,78	0,00	0,00	0,00
TOTAL	163.116.828,91	1.075.112,47	7.147.777,04	0,00

Nota 15: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

Provisões	Saldo a 01.01.2025 (€)	Diminuição/Utilização (€)	Incremento (€)	Saldo 31.12.2025 (€)
Provisões para processos judiciais em curso	9.522.364,07	0,00	721.288,99	10.243.653,06
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	857.282,76	-36.674,47	0,00	820.608,29
Outras Provisões	50.225,00	0,00	0,00	50.225,00
Total Consolidado	10.429.871,83	-36.674,47	721.288,99	11.114.486,35

As provisões do Grupo respeitam principalmente a processos judiciais e responsabilidades contingentes em curso, conforme detalhe apresentado nos quadros seguintes (mapa de processos disponível mediante solicitação). Inclui-se, com especial relevância, o processo intentado pela Câmara Municipal do Seixal para cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo (desde 2018), em montante aproximado de 1,5 milhões de euros, considerando-se que a posição do Grupo é defensável.

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

Tipo	Valor 2024 (€)	Atualização (€)	Valor 2025 (€)
Doença profissional · 8 pensionistas	7.783,90	220,04	8.003,94
Acidente em serviço · 10 pensionistas	42.179,92	1.873,06	44.052,98
Outras pensões vitalícias / atualização monetária	807.318,94	-38.766,85	768.552,09
Total Pensões Vitalícias	857.282,76	-36.673,75	820.609,01

As provisões refletem-se em conjunto com as provisões para acidentes de trabalho no quadro inicial da Nota 15. As provisões para acidentes de trabalho registaram um decréscimo líquido de 36.674,47 €, em resultado da diminuição de obrigações pela cessação ou atualização dos respetivos valores em conformidade com as tábuas de mortalidade aplicáveis.

Nota 17: Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18: Instrumentos financeiros

Dívidas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando as mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Ativo	Quantia bruta 31.12.2025 (€)	Imparidade (€)	Quantia Recuperável (€)
Ativos não correntes:			
Participações financeiras	19.884.059,31	0,00	19.884.059,31
Outros Ativos financeiros	12.069,43	0,00	12.069,43
Outras contas a receber	874.169,20	0,00	874.169,20
Ativos correntes:			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	22.377.322,83	-7.403.333,00	14.973.989,83
Estado e outros entes públicos	852.338,42	0,00	852.338,42
Outras contas a receber	43.761.820,42	-55.310,98	43.706.509,44
Diferimentos	463.108,58	0,00	463.108,58
Total	88.224.888,19	-7.458.643,98	80.766.244,21

A rubrica "Outras contas a receber" abrange, essencialmente, os devedores decorrentes de acréscimos de rendimentos. Estes correspondem à periodização económica dos valores imputados ao período contabilístico, nomeadamente impostos municipais e taxas ainda não arrecadados, compreendendo o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), o Imposto Único de Circulação e Taxas.

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecidas pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)
Credores por transferências e subsídios concedidos	60.022,61	0,00	60.022,61
Fornecedores	1.023.364,11	0,00	1.023.364,11
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.525.344,94	0,00	1.525.344,94
Estado e outros entes públicos	281.257,87	0,00	281.257,87
Financiamentos obtidos	2.340.442,10	5.303.991,99	7.644.434,09
Fornecedores de investimentos	252.073,56	54.800,00	306.873,56
Outras contas a pagar	15.123.005,93	3.032.000,22	18.155.006,15
Diferimentos	17.708.276,81	12.500.638,33	30.208.915,14
Total	38.313.787,93	20.891.430,54	59.205.218,47

A rubrica "Outras contas a pagar" refere-se, essencialmente, à especialização no exercício dos acréscimos de gastos. Inclui, por exemplo, a atribuição proporcional de férias e subsídio de férias dos trabalhadores, a estimativa de gastos incorridos mas ainda não faturados por fornecedores, bem como outras especializações imputáveis ao exercício económico.

Nota 19: Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Descrição	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	479.520,91	481.188,14
Remunerações certas e permanentes	57.334.346,57	55.756.045,08
Abonos variáveis ou eventuais	3.400.543,31	3.204.558,12
Indemnizações	30.169,16	21.238,73
Encargos sobre remunerações	13.778.216,24	13.259.022,09
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.137.774,93	1.610.058,92
Gastos de ação social	11.679,77	2.493,79
Outros gastos com o pessoal	68.639,43	92.531,32
Outros encargos sociais	969.116,98	1.395.343,30
Total Consolidado - Gastos com Pessoal	77.210.007,30	75.822.479,49

Nota 20: Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS : Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S.A. : NIPC 505 280 167 (em liquidação)
- MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia de Almada : NIPC 503 545 562

Em 2025 não se registaram transações entre o Grupo Municipal e as entidades MADAN PARQUE e COSTAPOLIS, dado que esta última se encontra em fase de liquidação.

Nota 22: Interesses em outras entidades

A presente nota dá cumprimento aos requisitos de divulgação previstos na Norma de Contabilidade Pública aplicável aos interesses em outras entidades, visando permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas compreender a composição do grupo público, a natureza e a extensão dos interesses detidos, bem como os julgamentos e pressupostos significativos adotados na delimitação do perímetro de consolidação.

Julgamentos e pressupostos significativos

A delimitação do perímetro de consolidação assentou na avaliação do controlo, do controlo conjunto e da influência significativa sobre cada entidade participada, nos termos da NCP 22 (Demonstrações Financeiras Consolidadas). Foram integradas pelo método de consolidação integral as entidades sobre as quais o grupo exerce controlo, designadamente os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), a WeMob, E.M., S.A., e as associações de desenvolvimento local NOVA ALMADA VELHA e ARRIBATEJO, nas quais o grupo detém a maioria dos direitos de voto ou o poder de orientar as respetivas atividades relevantes.

As entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa, sem controlo, foram mensuradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP – CostaPolis e Madan Parque). As participações sem influência significativa foram mensuradas ao custo (AlmaScience, Amarsul e FAM).

Composição do grupo público

O grupo público é composto pela entidade-mãe e pelas entidades participadas a seguir identificadas, com indicação da percentagem de detenção e do método de contabilização adotado:

Entidade	Natureza	% Detenção	Método
SMAS : Serviços Municipalizados de Água e Saneamento	Serviços municipalizados	100,00%	Consolidação integral
WeMob, E.M., S.A.	Empresa municipal	100,00%	Consolidação integral
NOVA ALMADA VELHA : Agência de Desenvolvimento	Associação controlada	84,75%	Consolidação integral
ARRIBATEJO : Agência de Desenvolvimento Local	Associação controlada	61,73%	Consolidação integral
COSTAPOLIS : Soc. Desenv. do Programa Polis	Empresa do setor empresarial	40,00%	Equivalência patrimonial
MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia	Associação participada	40,65%	Equivalência patrimonial
Associação Almascience : Investigação e Desenv.	Associação participada	16,67%	Custo
AMARSUL : Valorização e Tratamento de Resíduos	Empresa privada participada	12,33%	Custo
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	Fundo	0,67%	Custo

Interesses que não controlam

Nas entidades controladas em que o grupo detém menos de 100% dos interesses de propriedade, existem interesses que não controlam, correspondentes à parcela do património líquido e do resultado atribuível a terceiros. No exercício de 2025, o resultado imputável aos interesses que não controlam ascendeu a um valor negativo de 4.503,90 €.

Interesses em associadas mensuradas pela equivalência patrimonial

Os interesses em entidades associadas mensuradas pelo método da equivalência patrimonial correspondem à COSTAPOLIS e ao MADAN PARQUE. A quantia escriturada destes investimentos a 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Entidade associada	% Detenção	Quantia escriturada (€)
COSTAPOLIS : Soc. para o Desenvolvimento do Programa Polis	40,00%	15.217.162,90
MADAN PARQUE : Parque de Ciência e Tecnologia	40,65%	818.825,44
Total (MEP)		16.035.988,34

Interesses mensurados ao custo

As participações sem influência significativa, mensuradas ao custo, são as seguintes:

Entidade	% Detenção	Quantia escriturada (€)
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	0,67%	2.813.224,50
AMARSUL : Valorização e Tratamento de Resíduos	12,33%	955.500,00
Associação Almascience	16,67%	15.000,00
Participações financeiras detidas pelos SMAS	n/a	64.346,47
Total (custo)		3.848.070,97

Natureza e âmbito de restrições significativas

Não foram identificadas restrições legais, contratuais ou regulamentares significativas à capacidade do grupo para aceder aos ativos ou liquidar os passivos das entidades controladas, para além das decorrentes do regime jurídico aplicável a cada tipo de entidade. Os direitos de proteção dos interesses que não controlam não restringem de forma significativa a capacidade do grupo para utilizar os ativos ou liquidar os passivos do grupo público.

Datas de relato

As demonstrações financeiras de todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação reportam-se a 31 de dezembro de 2025, coincidindo com a data de relato das demonstrações financeiras consolidadas, pelo que não há lugar à divulgação de datas ou períodos distintos.

Compromissos e passivos contingentes

À data de relato não existiam compromissos ou passivos contingentes materiais assumidos pelo grupo relativamente aos seus interesses em associadas ou participadas que devessem ser objeto de divulgação

autónoma, sem prejuízo dos passivos contingentes divulgados na nota relativa a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Nota 23 : Outras divulgações relevantes

23.1 : Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, considerados com gasto em 2025.

Entidades	Corrente (€)	Capital (€)
Associações de Municípios	2.991.356,00	0,00
Freguesias	3.503.000,42	1.721.635,80
Bombeiros	720.000,00	299.969,75
Famílias	132.890,07	0,00
Outras Instituições sem Fins Lucrativos	11.466.187,87	821.465,29
Sociedades e quase sociedades não financeiras	466.559,51	0,00
Diversas	195.279,18	0,00
Total Consolidado	19.475.273,05	2.843.070,84

23.2 : Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos:

Designação	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Serviços de transportes	0,00	0,00
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	10.120.000,00	9.601.177,78
Publicidade, comunicação e imagem	290.000,00	274.639,96
Vigilância e segurança	2.095.000,00	1.987.953,00
Honorários	1.430.000,00	1.362.936,66
Comissões	2.340.000,00	2.229.907,75
Conservação e reparação	9.785.000,00	9.334.055,95
Serviços bancários	25.200,00	24.344,92
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	355.000,00	337.634,65
Livros e documentação técnica	1.360,00	1.292,73

Designação	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Material de escritório	83.000,00	79.456,73
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	355.000,00	345.477,63
Material de educação, cultura e recreio	17.000,00	16.275,73
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	143.000,00	135.695,43
Medicamentos e artigos para a saúde	37.000,00	35.461,63
Produtos químicos e de laboratórios	105.000,00	100.217,77
Outros materiais diversos de consumo	6.790.000,00	6.430.568,53
Eletricidade	9.100.000,00	8.540.085,77
Combustíveis e lubrificantes	1.390.000,00	1.323.566,66
Água	1.740.000,00	1.656.164,28
Outros bens e materiais	9.800,00	9.383,86
Deslocações e estadas	65.000,00	62.155,28
Transporte de mercadorias	4.500,00	4.329,60
Transporte escolar	51.000,00	48.875,74
Outros serviços com transportes e deslocações	42.000,00	40.767,10
Rendas e alugueres	1.870.000,00	1.878.112,19
Comunicação	990.000,00	940.682,14
Seguros	830.000,00	787.296,90
Contencioso e notariado	68.000,00	64.289,03
Despesas de representação dos serviços	6.300,00	6.018,35
Limpeza, higiene e conforto	3.060.000,00	2.891.081,33
Trabalhos especializados e outros serviços	10.693.435,18	7.900.877,65
Total	63.891.595,18	58.450.782,73

23.3: Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2025.

Diferimentos Ativos	Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)
Serviços especializados	24.200,00	0,00	24.200,00
Material de escritório	106.500,00	0,00	106.500,00
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	212.620,00	0,00	212.620,00
Rendas e alugueres	80.850,00	0,00	80.850,00
Seguros	9.520,00	0,00	9.520,00
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	29.418,58	0,00	29.418,58
Total	463.108,58	0,00	463.108,58

Diferimentos Passivos	Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)
Transferências e subsídios obtidos com condição	7.159.221,97	7.292.216,31	14.451.438,28
Acordos de concessão de serviços	8.959.991,36	0,00	8.959.991,36
Outros rendimentos a reconhecer	1.589.063,48	5.208.422,02	6.797.485,50
Total Consolidado	17.708.276,81	12.500.638,33	30.208.915,14

23.4 : Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2025:

Designação	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Impostos e taxas	914.981,51	913.422,10
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	874.788,51	839.318,34
Correções relativas a períodos anteriores	14.539.485,64	3.172.136,76
Quotizações	157.259,92	202.313,54
Outros não especificados	549.748,86	1.186.615,18
Total	17.036.264,44	6.313.805,92

23.5 : Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2025:

Designação	31/12/2025 (€)	31/12/2024 (€)
Rendimentos suplementares	116.708,67	9.540,73
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	7.235.102,15	368.545,02
Outros rendimentos do Estado	123.077,03	2.644,90
Correções relativas a períodos anteriores	2.340.363,60	5.202.501,26
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.897.421,01	2.282.674,27
Outros não especificados	624.516,04	981.512,78
Total	13.337.188,50	8.847.418,96

23.6: Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado:

Designação	Ativo (€)	Passivo (€)
Retenção de impostos sobre rendimentos	840.620,55	0,00
IVA (pagar e receber)	8.950,45	160.245,36
Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	105.680,30
Outros	2.767,42	15.332,21
Total	852.338,42	281.257,87